



**ORDEM DO DIA  
PARA A 42ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
EM 16 DE SETEMBRO DE 2009**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 523, de 2007, de autoria do deputado Luciano Batista. Determina, aos produtos considerados como protetores e/ou bloqueadores solares, a condição de medicamento e não mais a de cosmético. Pareceres nºs 2395 e 2396, de 2007, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Saúde, favoráveis.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1431, de 2007, de autoria do deputado André Soares. Institui o Cadastro Assistencial do Estado de São Paulo - CAESP. Pareceres nºs 167, 168 e 169, de 2009, respectivamente, das Comissões de Justiça, de Promoção Social e de relator especial pela Comissão de Finanças, favoráveis.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 323, de 2008, de autoria do deputado Enio Tatto. Obriga as empresas concessionárias de serviços a instalar, substituir e trasladar seu posteamento de energia, iluminação e telefonia sem ônus para os usuários ou para o Estado. Pareceres nºs 764, 765 e 766, de 2009, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça, de Obras Públicas e de Finanças, favoráveis.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 650, de 2009, de autoria da CPI da Santa Casa. Determina que o Tribunal de Contas do Estado encaminhe à Assembléia Legislativa, a cada trimestre, relatório circunstanciado de fiscalização procedida junto às entidades filantrópicas de assistência à saúde que recebam auxílio financeiro do Estado. Parecer nº 1584, de 2009, do Congresso das Comissões de Justiça e de Saúde, favorável.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 699, de 2009, de autoria do deputado Pedro Bigardi. Altera o inciso IV, do artigo 4º da Lei nº 12.685, de 2007, modificado pela Lei nº 13.441, de 2009, objetivando incluir as entidades paulistas culturais ou desportivas, sem finalidades lucrativas, nos benefícios do

Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo. Parecer nº 1585, de 2009, do Congresso das Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor e de Finanças, favorável.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 749, de 2009, de autoria do Sr. Governador. Autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, os direitos creditórios originários de créditos tributários e não-tributários, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais. Parecer nº 1583, de 2009, do Congresso das Comissões de Justiça, de Economia e de Finanças, favorável ao projeto e contrário às emendas e ao substitutivo.